



FENPROF – Federação Nacional dos Professores

CONTRIBUTOS DA FENPROF PARA A PROPOSTA DE LEI 14/XVII/1

1. Saúda-se a intenção de consagrar em diploma próprio os direitos específicos inerentes à situação de pessoa idosa, com recusa explícita da discriminação por “idadismo”. A proposta apresentada a debate público pelo governo apresenta-se como demasiado genérica, devendo dar lugar a uma verdadeira e objetiva Carta dos Direitos da Pessoa Idosa, para a qual se apresentam de seguida algumas exigências, tendo em conta o consagrado no art.º 72.º da CRP.

2. Um dos direitos a consagrar – aliás, prévio à própria Carta - é o direito à participação dos Idosos na definição de tudo o que a eles diz especificamente respeito. Tal implica que sejam reconhecidas para todos os efeitos legais, nomeadamente com intervenção na legislação específica, as Associações Representativas destes cidadãos.

3. Parte significativa do enorme número de cidadãos portugueses em situação de pobreza abrange a população idosa, fruto de carreiras contributivas marcadas por períodos de desemprego e, sobretudo, de baixos salários. O primeiro passo para a concretização dos direitos dos Idosos é o direito a uma vida que não seja marcada pela pobreza e pela perda de poder de compra. Tal implica a revisão do cálculo das pensões e dos mecanismos de apoio social existentes, matérias em que as Associações dos Idosos devem ser obrigatoriamente participantes.

4. O facto (feliz) de se viver mais tempo (infelizmente nem sempre nas melhores condições de saúde) não deve justificar o sistemático prolongamento da idade para requerer a reforma, como acontece atualmente. Sem prejuízo do direito a continuar a trabalhar, por decisão própria, deve retomar-se o princípio do direito à aposentação sem qualquer penalização aos 65 anos de idade ou 40 anos de descontos para a Segurança Social.

5. A idade avançada aumenta potencialmente problemas de saúde física e mental, a que acrescem muitas vezes situações de isolamento e solidão. Tal situação implica tomada de medidas que exigem políticas de proximidade, traduzidas no incremento de medicina e enfermagem domiciliárias, da revisão do Estatuto do Cuidador Informal, de apoios psicológicos em situações, frequentes, de depressão. Urge aumentar as das instituições mais próximas da população, que devem oferecer os serviços adequados à condição gerontológica.

6. Entre os direitos a consagrar situa-se o direito à segurança de habitação, proibindo, em qualquer circunstância, o despejo de Idosos, devendo ser criados mecanismos capazes de garantir o bom estado das habitações quando tal não seja assegurado pelos proprietários.

7. Sem prejuízo do incremento de situações que permitam ao Idoso permanecer na sua habitação, deve assegurar-se que, quando necessária ou por escolha do próprio, a transferência para uma

instituição seja apoiada financeiramente, tendo em atenção a situação económica do Idoso. Deve reforçar-se a criação de uma rede pública de lares, de qualidade, devidamente inspecionados, tal como os lares de iniciativa privada ou solidária.

8. Saúdam-se as medidas já existentes de apoio aos Idosos nos transportes públicos, na participação em espetáculos, na entrada em museus e outras instituições de cultura, tornando-se, todavia, necessário que tais medidas sejam estendidas a todo o país.

9. Por iniciativa dos próprios, surgiram em muitos pontos do país as chamadas “universidades seniores” e outras associações que se têm mostrado particularmente úteis no combate à solidão, no desenvolvimento de um envelhecimento ativo, na continuidade de informação e intervenção cívicas, numa vivência social e cultural de relevo assente apenas na boa vontade e voluntariado dos intervenientes. Consolidar estas vivências exige um apoio estatal devendo ser tomadas medidas para a sua expansão.

Lisboa, 8 de janeiro de 2026

O Secretariado Nacional da FENPROF